

# A UNIVERSIDADE BRASILEIRA É UM DOS INSTRUMENTOS PARA A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA RACIAL?

IS THE BRAZILIAN UNIVERSITY A DEVICE WHICH PRODUCES RACIAL VIOLENCE?



Vol.10 Número 20

jul./dez .2015

p. 653 - 669

Sales Augusto dos Santos <sup>1</sup>

**RESUMO:** No presente artigo apresentamos a hipótese de que o ensino universitário brasileiro tem legitimado cientificamente as violências raciais simbólica e objetiva contra a população negra. Mostrar-se-á que na medida em que nossas universidades produzem e propagam uma visão de mundo monocromática, isto é, de um mundo brancocêntrico, elas praticam violência (racial) ou, no mínimo, têm sido instrumento de produção e/ou reprodução e propagação dessa violência, dado que retiram da população negra a sua condição de igual, desconhecendo-a ou não a reconhecendo, assim como ela, a universidade, silencia diante do genocídio dos negros no Brasil, como demonstra o *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência Racial Simbólica; Violência Racial Objetiva; Universidade Brasileira; Racismo e Discriminação; População Negra; Mapa da Violência 2014.

**ABSTRACT:** In this article we present the hypothesis that the Brazilian universities have scientifically legitimized the symbolic and objective racial violence against black people. We will demonstrate that our universities produce and propagate a point of view monochrome of the world, i.e., a white world. In this way, our universities remove from the black population their equal status, not recognizing it, as they stay in silent about the genocide of the black population in Brazil, like is demonstrated at the 2014 Map of Violence.

**KEYWORDS:** Symbolic Racial Violence; Objective Racial violence; Brazilian Universities; Racial Discrimination; Black Population; 2014 Map of Violence.

## Introdução

Este é um artigo provocativo e tem como objetivo

<sup>1</sup>Doutor, mestre e graduado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pós-doutor pelo Department of Africana Studies at Brown University. Especialista em Relações Raciais e Cultura Negra pela Universidade Cândido Mendes. Pesquisador associado do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UnB. salesaugustodossantos@gmail.com.

considerar pesquisas futuras ou imediatas. Portanto, não vamos responder aqui à questão/título do artigo. Talvez uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado no âmbito das Ciências Sociais clássicas possam dar conta de responder à questão apresentada. Assim, nossa questão aqui é mais provocativa que analítica. Ela não é análise de nenhum resultado de pesquisa que eu tenha feito, embora seja pensada a partir de observações colhidas em encontros, seminários, congressos entre outras atividades acadêmicas, bem como por meio da mídia televisiva, como se verá ao longo do texto.

Mais ainda, o presente artigo é fruto da minha participação na *Mesa sobre Violência de Raça, do Encontro sobre Violência de Gênero, Raça e as Minorias Sexuais*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), que foi realizado em 15 de abril de 2015. E o que me levou a apresentar este problema (de pesquisa) para a referida mesa foi o fato de que estamos no meio acadêmico, espaço onde, geralmente, tendemos a pesquisar a violência como algo fora dos *campi* universitários, como nos lembraram, na abertura do encontro supracitado, as professoras Lourdes Bandeira e Tânia Almeida, assim como as pesquisadoras e professoras do *Coletivo Afetadas*, ao relatarem os diversos casos de violência nos *campi*, especialmente os de estupros contra as mulheres, não somente na UnB, como em várias universidades do Brasil e do mundo.

Como as professoras e pesquisadoras supracitadas, também tenho interesse em discutir a violência perpetrada nos *campi*. Contudo, o meu objetivo aqui não é expor ou revelar, descrever e analisar a violência explícita, objetiva, como, por exemplo, um estupro ou uma discriminação racial praticada por algum(a) acadêmico(a)/universitário(a) contra uma dos seus pares ou funcionário(a)/trabalhador(a) da universidade. Pretendo tão somente questionar e verificar se a questão/título do artigo procede para um problema de pesquisa acadêmico, assim como instigar docentes e discentes a pensarem se o ensino universitário brasileiro tem fundamentado e/ou legitimado cientificamente a violência racial. Ou seja, se ele também é um dos fatores ou instrumentos utilizados para a construção e/ou produção da violência racial.

### **Fundamentando a violência racial?**

A nossa pergunta/título (que também pode ser lida da seguinte maneira: “A violência racial tem como um dos seus fatores o ensino universitário?”), leva-nos a pensar nos “determinantes” ou condicionamentos, nos motivos ou fatores da violência racial. Mas antes de avançar, gostaria de dizer que não sou um especialista no estudo do termo ou da categoria violência em si. Minhas pesquisas se concentram na área de relações raciais, movimentos negros, ações afirmativas, desigualdades raciais e, conseqüentemente, racismo, embora o racismo seja um tipo de violência. Não se pode esquecer que o racismo é a doutrina ou o ideário que atribui inferioridade ou superioridade biológica e cultural, intelectual, estética, física, entre outras, a determinados indivíduos ou grupos sociais em função da sua cor/raça e/ou fenótipo, proporcionando assim o surgimento de crenças, ideologias, pensamentos, atitudes e ações e/ou práticas que têm como resultado discriminação e desigualdade raciais, assim como violências simbólica e objetiva, por exemplo, homicídios (ou, caso se queira, genocídio) de determinados grupos raciais, conforme veremos abaixo por meio do livro *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil*, do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz (2014).

Por outro lado, mesmo não sendo um especialista do tema ou estudioso da categoria violência, sabemos que os fatores ou os determinantes da violência são múltiplos. Portanto, se a universidade, ou melhor, se o ensino universitário brasileiro é um dos determinantes da violência racial (essa é a nossa hipótese aqui) ele não é o único. Há vários outros fatores que “determinam” ou condicionam esse tipo de violência.

Mas o fato de a violência racial ser “síntese de muitas determinações”, de haver múltiplos determinantes desse tipo de violência, não significa que não podemos deixar de indagar se o ensino universitário brasileiro também não é um dos seus elementos catalizadores ou mesmo legitimadores (científicos), ante as suas falhas, silêncios, omissões, conivências e/ou cumplicidade com o racismo e até mesmo participação ativa nessa violência por meio de falsificações (militantes) contra a discussão séria, ampla e profunda da questão racial brasileira. Por exemplo, com relação a esse último caso, o da falsificação, em 05 de maio de 2012, a escritora Ana Maria Gonçalves publicou, no portal *Fórum*, o artigo “A mídia, as cotas e o sempre bom e necessário exercício da dúvida”, onde faz explicitamente denúncia a manipulação de informação e/ou de conhecimento construída pela antropóloga e professora titular de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Yvonne Maggie. Aqui tenho que fazer uma citação extensa da escritora Ana Maria Gonçalves para demonstrar a séria acusação contra a professora Yvonne Maggie. Segundo Gonçalves,

Há anos venho prestando atenção nos absurdos que os formadores de opinião são capazes de dizer contra as cotas. Apenas para que vocês tenham uma ideia, vou pegar o texto publicado por Yvonne Maggie em sua coluna semanal no portal de notícias da Globo, G1, no dia 23/04/2012, “A constitucionalidade das cotas raciais no Brasil”. Um dia antes da votação no STF, Yvonne Maggie escreveu: “Em *Thirteen ways of looking at a black man*, de Henry Louis Gates Junior, professor de Harvard, há uma história reveladora do que se passou depois da lei dos direitos. Neste livro, Harry Belafonte conta que alguns anos depois de 1964 fora convidado para fazer um filme. O produtor, muito animado, lhe dissera: ‘Harry, será maravilhoso, vamos fazer um filme dirigido e estrelado por negros, produzido por negros, com música feita por negros e vai ser belíssimo’. Ao que o ator, nervoso, respondeu: ‘Não quero fazer parte disso, passei tantos anos lutando para sair do gueto, não serei eu a me enfiar de novo nele’. Gates conta que durante a entrevista, após esta declaração de Harry, seguiu-se um silêncio constrangedor, só quebrado com uma sonora gargalhada do entrevistado e a seguinte frase: ‘Eu não aceitei a armadilha, mas é claro que Sidney Poitier aceitou e ficou rico estrelando todos aqueles filmes’”. Por acaso temos o livro em casa e eu resolvi conferir. Já escaldada nesse tipo de manipulação, poucas vezes estive errada em duvidar, principalmente quando algum negro (no caso, dois) é pego para servir de boneco de marionete. Pois bem, a estória contada por Yvonne Maggie não existe. Há dois fragmentos que ela parece ter juntado, enfeitado com silêncio constrangedor, gargalhada sonora, uma data hipotética, umas frases de efeito inventadas e legitimadas por aspas, além de distorcidas para ilustrar o próprio ponto de vista. Essa estratégia de eleger um ‘negro boneco de marionete’, selecionar parte ou sentido de seu discurso ou ato, e reinterpretá-lo de modo a que ele sirva de exemplo a ser seguido pelos “menos esclarecidos”, como se ele já tivesse passado por isso e soubesse mais e melhor, é bastante comum (...). **Se Yvonne Maggie leu o livro e se lembrava vagamente da história, o mínimo que se esperava de alguém que quer ser levado a sério, é voltar ao livro e ver realmente como aconteceu. Se o fez e, mesmo assim, inventou isso tudo, é mais grave ainda. Yvonne Maggie é professora titular do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ**, de acordo com o Perfil de seu blog. **Não deveria se sujeitar a esse tipo de situação.** Ela também datou a fábula inventada de “alguns anos depois de 1964”. (prestem atenção que as duas histórias acima acontecem por volta de 1960, ou antes) para nos “ensinar” que os negros norte-americanos inteligentes, depois dos Direitos Civis, não estão mais nem aí para essas lutas de negros. **Não é verdade, e principalmente não é verdade em relação a Harry Belafonte** (um dos mais destacados na campanha dos Direitos Civis, amigo pessoal de Luther King, Mandela, idealizador do “We are the World” e ainda na ativa, aos 84 anos de idade) e Henry Louis Gates Jr., **ativista pelas ações afirmativas nas universidades estadunidenses. Se Yvonne Maggie tivesse se dado ao trabalho de descer do alto de sua cátedra, poderia ter facilmente se informado da opinião do professor Gates, antes de usá-lo.** Nesse vídeo, por exemplo, onde ele diz que a única razão de ter tanta gente (refere-se aos negros, em uma igreja negra) conseguindo se virar bem, é por causa do movimento dos Direitos Civis “E” das ações

afirmativas. E continua: “*Sem ações afirmativas nós nunca teríamos sido capazes de integrar as historicamente racistas e brancas instituições da sociedade americana... A primeira pergunta fundamental à qual temos que nos dedicar é como proteger, preservar e expandir as ações afirmativas. (...) Eu consegui ir para Yale University porque eles estavam tentando se diversificar. Eles estavam querendo que as classes se parecessem mais com a América (fala de como era na faculdade e de sua vida profissional depois de se formar). Cada uma dessas coisas foi propiciada, foi tornada possível, pela existência de ações afirmativas. Isso não significa que eu não era qualificado, isso quis dizer que, por causa do racismo, a mim nunca teria sido permitido competir num terreno mais ou menos nivelado com garotos e garotas brancos. E para mim, para alguém que se beneficiou tanto das oportunidades das ações afirmativas, plantar-me no portão e tentar manter outros negros do lado de fora seria ser tão hipócrita quanto Clarence Thomas*”. Talvez Harvard, que Yvonne Maggie faz questão de citar para conferir mais autoridade ao boneco de marionete que inventou, não teria Henry Louis Gates se ele não tivesse sido beneficiado por algo que ela o coloca para combater, fazendo-o passar pelo hipócrita que ele não é e não quer ser. **E ofensivo o que Yvonne Maggie fez ao trabalho e à vida dos dois, principalmente tendo o professor Gates, relativamente rico e conhecido, também presidente do Instituto W.E.B. Du Bois, passado recentemente por essa traumática e vexatória situação de racismo. É intelectualmente desonesto e deveria ser vergonhoso. Esse não é o único problema com o texto de Yvonne Maggie.** Tente encontrar os outros na rasa análise que ela faz sobre as resoluções da Suprema Corte Norte-Americana (para facilitar, deixo esse vídeo), com o contexto em que ela fala de Rosa Parks, com a data sobre as leis segregacionistas nos Estados Unidos, com a afirmação de que o Brasil não teve leis segregacionistas, com a frase “*Neste julgamento que se avizinha apenas duas vezes estarão defendendo a posição de Rosa Parks*”. Rosa Parks é patrona de um prêmio da Associação Americana para a Ação Afirmativa, fundada em 1974 e que, “se opõe veementemente às ações estaduais e federais que poderiam eliminar programas de ações afirmativas que proporcionam acesso igualitário e justiça para as minorias e mulheres em emprego, educação e oportunidade econômica.” **Yvonne Maggie decidiu que Rosa Parks, ícone e precursora das ações afirmativas norte-americanas, era contra as cotas, e que só duas vozes estariam lá para defendê-la.** Parece-me que foi apenas falta de interesse em se inscrever, como mostra o processo. Interessante também é o fato de ela usar como mote a foto de Barack Obama, deixando de informar que tanto ele quanto Michelle Obama foram beneficiários de ações afirmativas nas universidades. (negritos meus).

As acusações de desonestidade intelectual contra a professora Yvonne Maggie não pararam por aí, em face do seu “vale tudo” contra o sistema de cotas para estudantes negros. O professor titular de Literaturas Latino-Americanas e Teoria Literária da Universidade Tulane, em New Orleans, Idelber Avelar publicou, também no portal *Fórum*, o artigo “Yvonne Maggie: falsificação de citações, adulteração de arquivos e desonestidade intelectual”, onde não somente ratificou as falsificações da antropóloga Yvonne Maggie demonstradas pela escritora Ana Maria Gonçalves, como afirmou que a primeira adulterou “um arquivo para tentar encobrir a dita falsificação, depois que a mentira foi denunciada, aqui mesmo na *Revista Fórum*. O caso é sério, especialmente porque sua autora é professora numa das instituições universitárias mais respeitadas do país, a UFRJ. Não se trata de um erro ou de um engano...”.

Em resposta (in)direta às acusações acima, a professora titular de Antropologia da UFRJ, Yvonne Maggie, publicou, no seu blog, no portal de notícias *G1.com*, que confundiu os casos contados, assim como errou datas, ante o excesso de confiança em sua memória. Segundo ela mesma, em uma *Errata*, publicada no dia 10 de maio de 2012,

No dia 23 de abril próximo passado postei o texto *A constitucionalidade das cotas raciais no Brasil* no qual citei uma passagem do livro *Thirteen ways of looking at a black man*, de Henry Louis Gates Junior. Confundi dois casos contados no livro citado, e errei a data em que se passaram e as citações. O fato contado pelo artista e ator Harry Belafonte, grande ativista dos direitos civis, em entrevista a Henry Louis Gates Junior, havia acontecido em 1960, e o que eu deveria ter narrado para exemplificar meu

argumento é o seguinte: Em 1960 Harry Belafonte foi contratado, depois de receber o Emmy pelo especial de TV chamado “Tonight with Belafonte”, grande sucesso de crítica e de público, para produzir e ser o apresentador de uma série de cinco shows pelos quais ganharia um milhão de dólares. Belafonte conta ter aceito o convite com muito entusiasmo, mas que no entanto, antes de iniciar os programas, o produtor redefiniu as bases em que o trabalho deveria ser feito: só negros deveriam participar de seus shows. Harry Belafonte, então, respondeu: “Sr. Revson, deixe-me dizer uma coisa. Se você me pedisse para colocar uma camisa florida e cantar e dançar mais canções de calipso, porque é disso que as pessoas brancas gostariam, eu poderia pensar. Mas o que você me pede para fazer – não há como. Eu não posso me **ressegregar**.” (o grifo é meu) Segundo conta Belafonte, às quatro horas daquela mesma tarde, recebeu um cheque de oitocentos mil dólares e Charlie Revson lhe disse: “Adeus. Você está fora do ar.” Vários leitores atentos me corrigiram, pelo que muito agradeço e por este motivo retirei o parágrafo truncado. Embora cheia de imprecisões, a história que contei no referido post não contraria minha intenção que era, e é, mostrar a grandeza de Belafonte que, infelizmente, por excesso de confiança em minha memória não pareceu devidamente ressaltada. Quis enfatizar a visão de Belafonte que, naquele tempo, era diferente da perspectiva de muitos outros ativistas e mais próxima do ponto de vista abraçado por seu amigo Martin Luther King – sair do gueto, da segregação, lutar pelo voto, pela igualdade, pelo fim das injustiças, pelo casamento entre pessoas de cores, ou “raças” distintas. Tratava-se, segundo Harry Belafonte, de lutar pelo seu país, por uma América de todos os americanos e para isso era preciso integrar aqueles que haviam sido separados por lei e não ressegregá-los.

Como se observa, a professora Yvonne Maggie, que, em 2008, foi agraciada com a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico do Governo do Brasil, não tendo como sustentar a falsidade construída por uma autoridade acadêmica, ela própria, responsabiliza o excesso de confiança em sua memória pelas suas “confusões” e “erros” e agradece aos “vários leitores atentos” que a comunicaram sobre os erros e, obviamente, não agradece explicitamente à escritora Ana Maria Gonçalves, que demonstrou as falsificações supracitadas que tinham fins (políticos) explícitos de se contraporem às políticas de ações afirmativas para estudantes negros e indígenas, especialmente o sistema de cotas nos vestibulares das universidades públicas federais. Observa-se aqui até que ponto se pode chegar no meio universitário brasileiro, um verdadeiro “vale tudo”, para se conservarem as relações raciais brasileiras intocáveis, ou seja, marcadas por desigualdades históricas entre negros e brancos, com vantagens inquestionáveis e abomináveis para este último grupo racial. E, talvez o pior, o silêncio das instituições acadêmicas sobre esse escândalo, para não dizer crime científico. Não temos conhecimento de que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) tenha se pronunciado sobre esta falsificação, nem a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), que foi tornada pública por meio do artigo da escritora Ana Maria Gonçalves.

Retornando da “pequena” digressão, imediatamente surge outra questão que devemos levar em consideração antes de avançarmos, qual seja, a definição dos termos. Mais precisamente deve-se saber o que é *violência* ou qual é o conceito de violência que estou adotando aqui, até mesmo para ratificar ou retificar a afirmação que fiz acima: de que o racismo também é um tipo de violência.

E mais uma vez temos, aparentemente, um outro problema aqui: há várias definições de violência. Por conseguinte, há dificuldades para se definir precisamente o que é violência, embora haja um certo consenso de que ela, a violência, é construída socialmente. Ou seja, ela não é um dado da natureza, uma vez que varia de país para país ou de cultura para cultura. Mas mesmo com certa dificuldade para defini-la, escolhemos um conceito de violência que vai ao encontro dos nossos objetivos neste artigo. Trata-se do conceito adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Segundo essa instituição,

Violência é uso intencional da força física ou do poder, em forma de ameaça ou

concretamente, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico (tais como baixa autoestima e desordens psíquicas) mal desenvolvimento humano (sócio-afetivo e cognitivo) ou privação (KRUG *et al.*, 2005: 5)

Esta definição tem relação de afinidade com a definição de racismo apresentada anteriormente, especialmente no que tange aos seus resultados, como, por exemplo, lesões, mortes, danos psicológicos ou privações. E, ao que tudo indica, ela é apropriada para mostrar uma perspectiva mais explícita da violência racial, ou seja, o seu lado objetivo, vamos dizer assim, que são os homicídios. Mas esse lado mais objetivo da violência racial é observado mais “facilmente” quando se desagregam os homicídios por cor/raça e/ou por idade e cor/raça, conforme os dados divulgados no *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil* (2014), que ratifica por meio de dados “frios” o que o histórico militante negro Abdias Nascimento denominou de “O genocídio do negro brasileiro” (1978). Sobre esse genocídio há o silêncio nos e dos tribunais, nas e das universidades, entre outros espaços e/ou instituições de prestígio, influência, poder e mando, embora haja o grito e a dor das mães, dos pais, parentes e amigos daqueles jovens negros de quem se arrebatava coletivamente a vida, conforme veremos abaixo.

Como se verá a seguir, trata-se de dados sobre homicídios de pesquisa muito recente sobre o tema e muito revaladora da violência racial objetiva contra as populações negra e indígena brasileiras. Enquanto, desde 2002, há uma tendência geral na queda do número absoluto dos homicídios na população branca no Brasil, há, por outro lado, uma tendência do aumento nos números de homicídios da população negra, especialmente entre os jovens (Cf. Waiselfisz, 2014). Homicídios que, segundo o referido mapa, “têm como característica a presença de uma agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos ou lesões que originam a morte da vítima” (WAISELFSZ, 2014, p.18).

Observa-se que esta caracterização de homicídio tem tudo a ver com o conceito de violência da OMS que estamos utilizando neste artigo. E quando observamos os dados sobre homicídios no Brasil, conforme se pode observar na Tabela 1, obtida do livro *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil* (2014, p. 151), verificam-se imediatamente três fatos incontestáveis:

- a) o número de homicídios de pessoas brancas está caindo no Brasil. Em 2002 foram assassinados 19.846 indivíduos brancos. Em 2012 foram 14.928. Ou seja, houve uma queda de 24,8% de homicídios das pessoas desse grupo racial de pertença;
- b) o número de homicídios de pessoas negras, ao contrário das brancas, vem aumentando em progressão geométrica, conforme se diz na matemática, desde quando se começou a coletar este tipo de dado, em 2002, ano em que foram assassinadas 29.656 pessoas negras. Em 2012 foram 41.127. Um salto de 38,7%, ou seja, um aumento elevadíssimo.
- c) Como consequência desses dados gritantes, pode-se afirmar que **há uma seletividade racial nos assassinatos no Brasil**, muitos dos quais praticados pela polícia. Nos centros urbanos, a vítima selecionada tem sido a população negra.

Deve-se destacar que a categoria *negros*, conforme afirma o autor do livro supracitado, Júlio Jacobo Waiselfisz (e seguindo a metodologia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA), é resultado da junção de duas outras categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quais sejam, pretos e pardos (WAISELFSZ, 2014: 149). Mais ainda, verificando ou analisando essas duas categorias separadamente na Tabela 1, do referido mapa, observa-se também a tendência de aumento dos homicídios nesses dois grupos raciais desagregados, mas com grande desvantagem para os pardos. Por um lado, em 2002 foram assassinados 4.429 cidadãos pretos e em 2012, 4.603. Ou seja, houve um aumento de 3,9% nos homicídios contra os pretos. Por outro lado,

em 2002 foram assassinados 25.227 cidadãos pardos, mas em 2012 foram 36.424. Portanto, houve um aumento mais que expressivo dos homicídios contra os pardos: 44,4%, índice bem acima da taxa de homicídios contra os pretos, indicando que os pardos (ou os “mulatos”) não são menos discriminados que os pretos, ou seja, contradizendo o que alguns cientistas sociais supunham há alguns anos atrás, mas ainda muito presente no imaginário social brasileiro.

Tabela 1 – Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo Raça/Cor. População Total. Brasil, 2002/2012

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Amarela	Indígena	Total	Taxas		Vitimização
								Branca	Negra	
2002	19.846	4.429	25.227	29.656	111	81	49.695	21,7	37,5	73,0
2003	19.700	5.011	26.067	31.079	192	84	51.054	21,5	38,2	77,3
2004	17.883	4.459	25.815	30.274	149	76	48.382	19,6	36,2	84,9
2005	16.360	4.084	26.952	31.036	87	100	47.582	17,9	36,1	101,5
2006	16.432	4.229	28.250	32.488	97	134	49.151	18,0	36,9	104,3
2007	14.908	4.186	28.416	32.601	48	154	47.712	16,4	36,1	120,1
2008	15.263	4.118	30.496	34.614	79	162	50.117	16,8	37,4	122,4
2009	15.378	4.103	31.751	35.854	64	143	51.438	16,9	37,8	122,9
2010	14.645	4.324	33.111	37.435	66	118	52.263	16,2	38,5	138,4
2011	14.435	4.398	33.150	37.549	73	146	52.202	15,9	37,8	136,8
2012	14.928	4.603	36.424	41.127	76	207	56.337	16,4	40,4	146,5
Δ%	-24,8	-3,9	44,4	38,7	-31,5	155,6	-13,4	28,4	7,8	100,7

Fonte: Waiselfisz (2014)

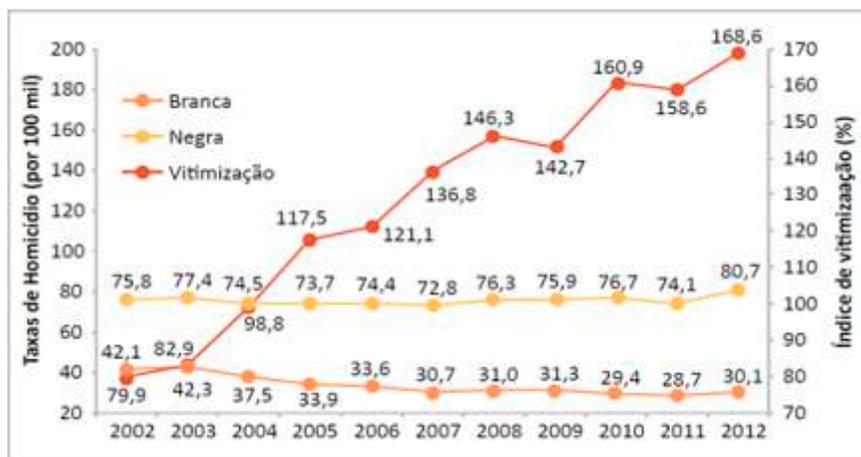
Embora o nosso foco aqui seja a violência racial contra a população negra, deve-se enfatizar também que não somente os negros ou os afro-brasileiros são vítimas da violência racial no Brasil. Essa violência também tem crescido de forma exponencial, para não dizer escandalosa, contra os indígenas. Em 2002 foram assassinados 81 indígenas. Dez anos depois, em 2012, esse índice subiu demasiadamente para 207 assassinatos. Ou seja, houve um aumento de 155,6% dos homicídios contra os indígenas. Ora, o que esses dados sobre a violência racial estão a nos indicar é que a sociedade brasileira é essencialmente brancocêntrica. Ou seja, o problema para nós, brasileiros, não é ser somente negro, mas, talvez e principalmente, não ser branco. Vivemos no mundo dos brancos, parafraseando o sociólogo Florestan Fernandes (2008). Quem estiver fora desse padrão está sujeito a todos os tipos de discriminação racial e atrocidades.

Esses dados se tornam mais escandalosos e/ou gritantes quando os desagregamos por cor/raça e idade. Aí se vê explicitamente aquilo que Abdias Nascimento denunciou em 1978 de “O genocídio do negro brasileiro” (1978), por meio de um livro de mesmo nome, citado acima. Livro que, infelizmente, não é lido (ou raramente é lido) nos cursos de Ciências Sociais das universidades brasileiras. Por meio do livro *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil* (2014), observa-se que os jovens negros são as vítimas preferenciais dos assassinatos. E devemos lembrar aqui que jovens são todas as pessoas que têm entre 15 e 29 anos de idade. Os dados do referido mapa são contundentes e estarrecedores. Conforme o sociólogo Júlio Waiselfisz (2014: 151), por um lado, “o número de homicídios de jovens brancos cai 32,3%, e dos jovens negros aumenta 32,4%”. Por outro lado, “as taxas de homicídio de jovens brancos caem 28,6%; as dos jovens negros aumentam 6,5%”. Mais ainda, o índice de vitimização dos jovens negros quase que triplicou entre 2002 e 2012, conforme se pode ver

no Gráfico 1 (abaixo), pois, para cada jovem branco que morreu assassinado em 2012, morreram 2,7 jovens negros (WAISELFISZ, 2014, p. 152). Ou seja, se em 2002 morreram 79,9% mais jovens negros que brancos, em 2012 esse número cresceu exponencialmente, pois morreram 168,6% mais jovens negros que brancos, conforme se pode observar no Gráfico 1 ou mesmo por meio das conclusões do sociólogo Júlio Waiselfisz (2014, p. 152).

Por meio desses dados se pode ver o que denominamos de *racismo de resultado*. Vemos o fato, os homicídios contra a população negra, mas não vemos como se operacionaliza essa violência racial ou, caso se queira, como se fundamenta, se produz e/ou reproduz essa violência. Um dos problemas para a compreensão da violência racial objetiva, no caso de homicídios contra os negros e indígenas, está justamente aí, porque os dados apresentados pelo sociólogo Júlio Waiselfisz (2014) acabam sendo mais um dado frio. Vale destacar que é literalmente numérica e estatística, pois se trata de corpos de seres humanos mortos, ou seja, assassinados.

Gráfico 1 – Taxa de homicídio branco e negro e vitimização negra. População Jovem. Brasil. 2002/2012



Fonte: Waiselfisz (2014)

Vemos esses dados e observamos o quanto eles são gritantes e inaceitáveis. Parecem que falam por si mesmos. Indagamo-nos sobre o significado deles durante a leitura deste artigo e, após isso, ou melhor, após algumas horas ou alguns dias, os esquecemos e voltamos a viver como antes, isto é, com a nossa indiferença moral diante do genocídio da população negra, conforme expressão de Abdias Nascimento (1978). Voltamos a viver e/ou conviver com as violências raciais simbólica e objetiva como se nada pudesse ser feito para mudá-las, como se elas fossem aceitáveis, naturais.

Ao que parece, essas violências passaram a fazer parte do nosso *ethos*. A indiferença moral em relação ao destino social dos cidadãos negros é tão generalizada que não ficamos constrangidos por muito tempo com a constatação dos homicídios contra eles. Os homicídios seletivos (contra negros e indígenas) não nos tocam, não nos incomodam, nem enquanto cidadãos, nem enquanto intelectuais, que, respectivamente, exigem e esperam o cumprimento integral da Constituição Brasileira e estudam/pesquisam a sociedade brasileira com fins de compreendê-la e explicá-la. É como se os negros não existissem, não fizessem parte nem participassem ativamente da nossa sociedade, visto que

o seu assassinato em massa é, ao que parece, aceitável.

Mas por que, enquanto cidadãos/ãs ou, como estamos em um espaço acadêmico, enquanto intelectuais, somos indiferentes a esta escandalosa violência racial contra as populações negra e indígena? Podemos responder a esta questão afirmando que somos indiferentes à violência racial em face da nossa cultura racista. Mas isso não muda nada, apenas nos anestesia. Essa resposta me parece mais uma retórica ou fuga intelectual a um problema real, concreto, pois não nos aponta nenhum caminho para enfrentarmos a violência racial de forma sustentável, consistente, eficiente e/ou eficaz. Além disso, essa resposta nos indica que vamos continuar assim por muito tempo: com a tendência, por um lado, de queda do número absoluto dos homicídios na população branca no Brasil e, por outro lado, a tendência do aumento nos números de homicídios da população negra.

Porém, relembando o que foi afirmado anteriormente, a violência e, conseqüentemente, a violência racial, é produzida, ou melhor, é construída socialmente. Mas, mais ainda, a universidade brasileira tem sua parcela (significativa) de responsabilidade nessa construção. Fazendo uma rápida analogia, a nossa universidade tem sido a arquiteta, a engenheira e a decoradora de interiores da nossa indiferença moral à violência racial, na medida em que ela (de)forma os profissionais que em grande medida ajudam a propagar o racismo, a discriminação racial, a desvalorização e desumanização dos negros, bem como ajudam o racismo a entrar em nossas casas todos os dias como se ele não fosse crime ou violência racial contra essa população negra.

Algumas vezes essa desvalorização/desumanização dos negros adentra a nossa casa por meio da televisão como se fosse algo lúdico ou uma brincadeira, nos anestesiando com relação à discriminação racial ou ao racismo. Por exemplo, no dia 23 de fevereiro de 2011, a então apresentadora do programa *Globo Esporte*, da Rede Globo de Televisão, Cristiane Dias de Oliveira, no final do penúltimo bloco de apresentação do programa faz uma afirmação contundente, com a imagem do jogador de futebol Neymar andando de costas para a câmara de TV, mas a imagem focada no seu cabelo estilo moicano, com algumas tranças estilo *dreadlock* no final do corte moicano. A apresentadora Cristiane Oliveira enuncia com voz imponente: “É daqui a pouco: acharam o culpado; acharam o cara que fez essa **desgraça** com o Neymar! Daqui a pouco vocês vão saber quem são os culpados”.

Após o intervalo comercial, a apresentadora inicia o último bloco do programa *Globo Esporte*. Ao se referir ao jogador Neymar, com uma reportagem que teve a duração de quatro minutos e quatorze segundos, fez a seguinte afirmação: “O repórter Leo Bianchi foi em busca do grande culpado pela **desgraça** que fizeram no cabelo do Neymar! Tadinho do Neymar!”. O repórter Leo Bianchi inicia a sua matéria sobre o cabelo de Neymar apresentando a seguinte questão, que é também uma afirmação: “Por quê? Por que fizeram isso com o Neymar? Quem fez vai ter que se explicar!”. Mas ao mesmo tempo em que se fazem estas perguntas e afirmações, mostra-se a imagem do jogador Neymar com foco nos seus *dreadlocks*, e, simultaneamente, a imagem de dois dinossauros e a de um homem negro com cabelo estilo *dreadlock*, buscando comparar todos eles sincronicamente. Mostrando duas fotografias de Neymar, uma em que ele está de costas e em que se destacam as tranças do seu cabelo estilo moicano e a outra em que ele está de frente, mostrando o seu rosto, o repórter Leo Bianchi faz a seguinte afirmação:

Sensibilizado com tal **atrocidade**, o Globo Esporte resolveu descer a serra com destino a Santos para investigar quem foi que cometeu tal **crime** contra a beleza de Neymar. Chegamos a Santos e nossa primeira parada é aqui no centro de treinamento do Santos, CT Rei Pelé, onde nós vamos procurar por evidências (...) O corte [de cabelo de Neymar] gerou pânico entre os populares (...) [Depois] fomos em busca de pistas no lugar ideal: a delegacia de polícia. Lá o delegado nos atendeu na sala dele e confirmou que este **corte** [de cabelo de Neymar] **a contragosto é crime!** (...). (grifo meu)

Na delegacia, o repórter Leo Bianchi começa a entrevistar o delegado: “O Neymar não veio aqui se queixar? Então está tudo tranquilo, né?! (...) Senhor [delegado], obrigado pela sua ajuda”. Ainda na delegacia, o repórter, mostrando a foto de Neymar para o delegado, pergunta: “o senhor não sabe quem fez isso aqui não, né?”, momento em que o delegado responde, sorrindo: “não”. Ao finalizar a entrevista com delegado, o repórter afirma: “Sem crime, sem suspeito, a gente ia embora, foi quando este cabeleireiro [mostrando a imagem de um cabeleireiro], que não quis se identificar, nos deu a informação que procurávamos: quem fez isso [mostrando a imagem de Neymar, onde o foco é o seu cabelo trançado]?”. Esse cabeleireiro informou que foi outro cabeleireiro, o Cosme, quem fez o corte estilo moicano no jogador. Em seguida o repórter informa que foi outro cabeleireiro quem fez as tranças no jogador Neymar, cujo nome é Erivelton. Assim, o repórter Leo Bianchi localiza o cabeleireiro Erivelton na cidade de Santos e faz a seguinte colocação para ele: “(...) Erivelton? Você, opa irmão! Dá para a gente bater um papinho rapidinho, porque tem uma denúncia contra você (...) Tudo bem?!?”. Em seguida, mostrando uma fotografia de Neymar ao cabeleireiro Erivelton, o repórter Leo Bianchi pergunta: “Foi você quem fez isso com a cabeça do Neymar? Como é feito? (...) Como você batiza isso?” Erivelton afirma que o próprio jogador Neymar chama aquele estilo de cabelo de Moica-trança. O repórter continua fazendo algumas considerações após perguntar se o estilo de cabelo adotado por Neymar iria “pegar”, ou seja, se tornar moda. Erivelton afirma que sim, que algumas pessoas já haviam adotado o estilo Neymar de usar cabelo. Então o repórter afirma que não é para os telespectadores estranharem se encontrarem algum cidadão usando o estilo Moica-trança de Neymar. Imediatamente aparece uma fala, ao que tudo indica editada, do ex-treinador de futebol Zagalo: “(...) é estranho, muito estranho!”.

A reportagem do *Globo Esporte* sobre o estilo de cabelo Moica-trança de Neymar continua por mais alguns segundos e imagens do atleta, assim como a de dois dinossauros e a um homem negro com cabelo estilo *dreadlock* (ou rastafari) aparecem novamente, como as mostradas no início da reportagem, associando-os, ou seja, animalizando-os, no subtexto, insinuando que eles são feios e pré-históricos. Para finalizar a reportagem, a apresentadora afirma imperativamente: “Erivelton, meu amigo, não faça mais Moica-trança no Neymar! E, Neymar, querido, você, precisando de uma consultoria capilar, é só falar com a gente aqui do *Globo Esporte* que a gente te ajuda”.

Observa-se que foi uma reportagem que visava a ter um tom de brincadeira, uma comédia. A propósito, para se livrar da acusação de racismo, os acusados no Brasil geralmente se defendem afirmando que “era só uma brincadeira” o ato discriminatório praticado. Mas, independentemente da intenção, a representação dos negros nessa reportagem é estigmatizante e racialmente inferiorizante. Aliás, não se deve esquecer de que uma das características do racismo é justamente retirar a humanidade dos sujeitos discriminados, animalizando-os. Portanto, não foi sem sentido que os jogadores, de futebol, Tinga e Arouca, assim como o árbitro Márcio Chagas da Silva, foram insultados e chamados de *macacos*, conforme demonstrou Santos (2014). Neymar foi associado a dinossauros, assim como a um homem negro com cabelos trançados, estilo de cabelo ou padrão estético tido como feio ou, se se quiser, desgraçado, visto que a apresentadora do programa *Globo Esporte* afirma: “acharam o cara que fez essa **desgraça** com o Neymar! Daqui a pouco vocês vão saber que são os culpados”. É crime usar cabelos crespos (ou não) trançados? E quem os trança é “criminoso”, como afirma, no subtexto, o repórter Leo Bianchi? Ao que tudo indica, para “o mundo dos brancos” (Cf. FERNANDES, 2008) sim. Para outros mundos ou visão de mundo não, podendo o cabelo crespo transado ou não ser uma estética apreciada.

Outras vezes a desvalorização e desumanização dos/as negros/as, ou seja, o racismo adentra nossas casas de forma “natural” e insuspeita por meio do discurso científico e/ou legitimado pela autoridade (científica) de quem o expressa e/ou pratica. Por exemplo,

no dia 03 de abril de 2011, no programa *Canal Livre*, da TV Bandeirantes, em entrevista com os repórteres Joelmir Beting, Fernando Mitre e Antônio Teles, o renomado Professor Emérito da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) e ex-Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, ao analisar o cenário econômico brasileiro da época, especialmente as mudanças que estavam ocorrendo no nosso mercado de trabalho, entre outras conclusões, afirmou o seguinte:

*Delfim Netto* – (...) o que está acontecendo no mercado de trabalho é uma mudança na estrutura da demanda; é **um processo, na verdade, de civilização o que está acontecendo no Brasil**. (*Repórter Fernando Mitre*) – “Mas essa indexação no Mercado de trabalho não está pressionando a inflação?” *Delfim Netto* – Pressiona. Mas só queria mostrar o seguinte: há uma ascensão social visível. (*Repórter Fernando Mitre*) – “É verdade”... *Delfim Netto* – **A empregada doméstica, infelizmente, não existe mais, está desaparecendo. Quem teve esse animal, teve** (esboçando um ligeiro sorriso)! **Quem não teve, nunca mais vai ter. Essa senhora** que era empregada doméstica hoje é manicure. A manicure hoje está no *Call Center* atendendo telefone. Aquela menina que estava no *Call Center* está sendo gerente de uma loja de modas. Houve um... Há um movimento de ascensão social e não há preparo profissional. Então você precisa atacar estes problemas de formação de oferta e você não faz isso baixando taxa de juros (...) (grifo meu).

Antes de qualquer análise a essa afirmação, pensamos ser necessário perguntar quem são fenotipicamente as empregadas domésticas no imaginário social brasileiro? Pode-se afirmar, sem medo de errar, que para grande parte dos/as brasileiros/as quando se fala ou se pensa em empregadas domésticas a imagem ou representação que se tem ou se faz dessas trabalhadoras é de uma mulher negra. Portanto, o “animal” do qual fala o Professor Emérito da USP, Antônio Delfim Netto, ao que tudo indica, é uma mulher negra. Sendo animal, logo se conclui que não é igual ao ser humano comum. Portanto, pode ser tratado de forma desigual, inclusive ser assassinado, como ratifica o *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil (2014)*, citado anteriormente.

Por outro lado, em primeiro lugar, pensamos que não é preciso fazer uma análise de conteúdo, menos ainda de discurso, para se observar a visão de mundo do ex-ministro e concluir que há nela resquícios de uma visão escravagista. Na visão de mundo do professor Delfim Netto (que pertence às elites intelectuais brasileiras, uma vez que se formou em Economia pela USP e, mais do que isto, foi professor titular de análise macroeconômica dessa universidade), as empregadas domésticas são animais, irracionais – é claro.

Sem ser combinado entre os programas e/ou as TVs e seus respectivos apresentadores e/ou participantes, repete-se de forma explícita no *Canal Livre* da TV Bandeirantes a comparação feita no programa *Globo Esporte* da Rede Globo. No primeiro programa, as empregadas domésticas são chamadas de animais e, no segundo, o jogador de futebol Neymar é comparado/igualado a dinossauros. E se repete porque o racismo brasileiro não se limita somente a uma repetição constante e cotidiana da suposta inferioridade dos negros. O racismo, ou melhor, os seus propagadores vão além, propondo, produzindo e reproduzindo a desumanização da população negra. Não é à toa que os/as negros/as são estigmatizados de macacos/as (ou “urubu” ou “tição”, entre outros) pelos seus/suas discriminadores/as, como ocorreu com o jogador de futebol Aranha, então goleiro do *Santos Futebol Clube*, em partida pelas oitavas de final da Copa do Brasil de 2014 contra o *Grêmio Futebol Clube*. Portanto, a desumanização do grupo social discriminado, como a operacionalizou o ex-ministro Delfim Netto, é da essência do racismo. São a inferiorização, a negação e a desumanização dos negros enquanto seres humanos ou cidadãos brasileiros que nos “anestesia” quanto à violência racial contra esse grupo racial de pertença, que nos resignam diante desta violência.

Segunda questão: poderia o ex-ministro não estar agindo pejorativamente e de

forma intencional contra as empregadas domésticas ao chamá-las de animais? Em resposta, como pedido de desculpas, ao *Instituto Doméstica Legal*, pelo qual foi questionado formalmente em face da afirmação acima, o professor titular de macroeconomia da USP, Delfim Neto, afirmou que "em momento algum desejou referir-se à classe das empregadas domésticas de maneira pejorativa". Mas ele foi socializado no "mundo dos brancos" (Cf. FERNANDES, 2008) e num período em que a discriminação racial contra os negros não era vista como crime. Hoje, para esse mundo, a manifestação racista é um "ato falho", mas, para os negros, sempre foi discriminação racial e crime.

Terceira questão: por que os jornalistas e/ou entrevistadores do ex-ministro supracitados do programa *Canal Livre* da TV Bandeirantes, todos homens brancos, formados em universidades, sequer perguntaram ao ex-ministro por que ele comparou mulheres trabalhadoras (negras) a animais? Ao que tudo indica, esse questionamento sequer passou pela racionalidade arguta dos entrevistadores. E se passou pelas suas mentes por que não o questionaram? Aqui levantamos algumas hipóteses à questão: a) talvez por solidariedade masculina, uma vez que o ex-ministro, como os demais entrevistadores, é um homem que se referiu explicitamente a empregadas domésticas mulheres, que provavelmente os criaram e/ou cuidaram deles quando crianças; b) por solidariedade racial, talvez não o tenham questionado, visto que todos são brancos, como o ex-ministro, que se referia a uma trabalhadora que é negra no imaginário social brasileiro; c) por ambas solidariedades masculina e racial, talvez não o tenham questionado; e d) quiçá a solidariedade de classe também. O fato é que não temos como responder ao não questionamento ao ex-ministro, a não ser por meio de uma pesquisa e/ou uma entrevista com os referidos repórteres. Mas considerando que supostamente todos os participantes da entrevista supracitada desejam um Brasil melhor, sem preconceito ou discriminações de qualquer natureza, me vem à lembrança uma frase famosa de Martin Luther King Jr.: "o que mais preocupa não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos sem caráter, dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons". Penso que "o silêncio dos bons" não somente na mídia, mas também no meio acadêmico, tem sido um dos grandes responsáveis pela produção, reprodução, distribuição (ou propagação) e estruturação do racismo na sociedade brasileira.

O fato é que homens e mulheres de ciência, em geral, têm silenciado diante da produção dos fundamentos da violência racial no meio universitário, assim como das representações racistas e/ou estereotipadas dos negros. Por exemplo, até hoje, em pleno século XXI, há um livro considerado clássico que praticamente todos alunos de ciências sociais o leem quando fazem uma disciplina que em geral tem o nome do livro: *Formação Econômica do Brasil*. O livro é de autoria de Celso Furtado, considerado um dos maiores economistas que o Brasil já teve. Nele o autor apresenta uma visão da inferioridade intelectual dos negros, mesmo Furtado (1959) não havendo elaborado qualquer estudo sobre o desenvolvimento mental do ex-escravo e/ou aprofundado a discussão sobre o tema. As suas observações têm amplo raio de difusão, visto que livro *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Furtado é leitura obrigatória para todos os alunos da disciplina de mesmo nome, que, por sua vez, é obrigatória para todos os cursos de Ciências Sociais, pelo menos na UnB. Mais ainda, a autoridade do seu discurso torna-o competente.

No entanto, na sua explicação sobre a marginalização do ex-cativo após a abolição da escravatura predomina uma visão brancocêntrica, baseada em uma hierarquização dos seres humanos, onde o ex-escravizado (negro) se encontraria em um estágio inferior ao do branco livre, sendo mesmo um dos responsáveis pelo atraso do país:

(...) o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da

antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de necessidade, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país (Furtado, 1959:167).

O economista afirma sem nenhuma ambiguidade, mas também sem o demonstrar empiricamente, que o imigrante europeu (branco) apresenta vantagens que são óbvias em relação ao ex-escravo (negro) (FURTADO, 1959, p. 166), ficando implícito que o mercado de trabalho livre em formação no Brasil só tinha esse elemento como opção de força de trabalho, até mesmo porque o homem formado pela escravidão (o negro) tem como bem inalcançável o ócio (FURTADO, 1959, p.167).

Esta hierarquização de seres humanos, tão característica do racismo, não é questionada por acadêmicos que utilizam este livro, um clássico da Economia e das Ciências Sociais, adotado ainda hoje nesses cursos. Por exemplo, na edição especial de comemoração dos cinquenta anos desse livro, em 2009, ainda consta a mesma afirmação estigmatizante dos negros feitas por Furtado.

## Conclusão

É essa repetição constante, diária (às vezes lúdica, por meio de brincadeiras, às vezes supostamente científica, por meio de autoridades acadêmicas e na maioria das vezes técnica, por meio conhecimento/treinamento universitário – como a dos publicitários supracitados, entre outras maneiras) da inferiorização e/ou da desumanização dos negros que nos torna indiferentes ao escandaloso número de homicídios (ou do genocídio) da população negra. Podem-se matar cidadãos negros porque se aprende, inclusive no ensino universitário, que eles não são considerados seres humanos. Em geral são vistos ou representados como animais: macacos, dinossauros, urubus, carvão, etc. Ou seja, são representados como não iguais, que não têm o mesmo intelecto, a mesma capacidade intelectual, entre outras qualidades humanas, como visto anteriormente.

Mas os leitores deste artigo podem estar se perguntando: o que tem o ensino universitário a ver com a violência racial objetiva: os homicídios seletivos de negros? Penso que tem tudo a ver, senão vejamos. Quem (de)forma os nossos publicitários, economistas, cientistas sociais, entre outros, que escrevem ou fazem barbaridades midiáticas como, por exemplo, representar o maior escritor brasileiro, Machado de Assis, como um homem branco, como aconteceu em uma propaganda da Caixa Econômica Federal (CEF) que foi exibida a partir de setembro de 2011 nas emissoras de televisão brasileiras? Como é sabido publicamente, o literato Machado de Assis era considerado mulato. Ante esta falsa representação fenotípica do maior escritor brasileiro por uma agência de publicidade, ratificada por uma instituição do Estado brasileiro, a CEF, os movimentos negros protestaram publicamente e conseguiram fazer com que a CEF realizasse outra propaganda na qual Machado Assis fosse representado como tendo tez escura.

Esse processo de embranquecimento de Machado de Assis, operacionalizado por publicitários que realizaram cursos universitários de publicidade e propaganda se deve ao fato do ideário brasileiro de que um gênio ou um brilhante intelectual, quer da literatura ou de qualquer outra área do conhecimento, não pode ser negro e/ou ter ascendentes negros. Algo comprovado e/ou ratificado por Joaquim Nabuco, ao analisar as características físicas de Machado de Assis, logo após a morte deste. Na ocasião, Joaquim Nabuco escreveu uma carta da cidade de Washington a José Veríssimo, em 25 de novembro de 1908, criticando-o por ter afirmado que Machado de Assis era um mulato. Suplicou-lhe que retirasse a palavra "mulato" de seu artigo, visto que considerava Machado de Assis um branco, possuidor de uma perfeita caracterização caucásica, não importando o sangue "estranho" (negro) que corria em suas veias. Conforme Nabuco:

A morte do Machado me faz inveja, comparada com a que posso ter no estrangeiro. Seu artigo no Jornal está belíssimo, mas esta frase causou-me arrepio: “mulato, foi de fato um grego da melhor época”. Eu não teria chamado o Machado de mulato e penso que nada lhe doeria mais do que esta síntese. Rogo-lhe que tire isso, quando reduzir os artigos a paginas permanentes. A palavra não é literaria e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele a escreveu e que tom lhe deu. **O Machado para mim era um branco**, e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. **Eu pelo menos só vi nele o grego**. O nosso pobre amigo, tão sensível, preferia o esquecimento à glória com a devassa sobre suas origens (NABUCO, 1931, p. 387-388 grifos meus).

Seu par na Academia Brasileira de Letras, reconhecendo a genialidade de Machado de Assis, o maior intelectual brasileiro (Cf. FERNANDES, 1994, p. 08), Nabuco se recusava a ver em Machado de Assis os seus caracteres negróides, pois segundo a crença de Nabuco (1938, p.140) os negros tinham instintos bárbaros e desenvolvimento mental atrasado, características inimputáveis ao melhor escritor brasileiro. Por isso, Nabuco solicita a José Veríssimo que embranqueça Machado de Assis, para o imortal da Academia Brasileira de Letras ocupar plenamente seu lugar no Olimpo, habitação reservada somente aos gregos, ou melhor, aos brancos.

O embranquecimento dos negros considerados ilustres e/ou a estigmatização e/ou inferiorização dos negros comuns, como as de feita por Celso Furtado, Delfim Netto, entre outros, é a regra até hoje em nosso espaço universitário e em todas as áreas do conhecimento. Se nos cursos de graduação de ciências sociais não se estuda as relações raciais brasileiras de forma ampla e/ou profunda, franca e criticamente, imaginem nos cursos de comunicação, especialmente a área de publicidade e propaganda, responsável por (de)formar profissionais ou técnicos que trabalham na e com a área de representação social? Ou seja, os universitários brasileiros não têm formação antirracista nos nossos cursos de graduação.

As nossas universidades se recusam até hoje a implementar as Leis 10.639/2003 e/ou 11.645/2008, o Parecer CNE/CP 3/2004, bem como a Resolução nº 1, de 18 de junho de 2004, que no seu parágrafo 1º, afirma que:

As instituições de ensino superior incluirão nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a *Educação das Relações Étnico-Raciais*, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

Portanto, resumindo para finalizar, e lembrando Hannah Arendt (2007: 35), “somente a pura violência é muda”, ou ainda: “onde quer que a violência domine de forma absoluta, como, por exemplo, nos campos de concentração dos regimes totalitários, não apenas as leis – les lois se taisent, assim se expressou a Revolução Francesa – mas tudo e todos devem permanecer em silêncio” (ARENDR, 1988, p. 15), o que nos remete a outra cientista social, Gayatri Chakravorty Spivak (2010), que questiona: “Pode o subalterno falar?”. Ao que tudo indica, o subalterno (negro), quando deseja se qualificar academicamente para empoderar a sua voz ativa no espaço público, com fins lutar contra o racismo, a discriminação e as desigualdades raciais, muitas vezes é barrado nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* das universidades brasileiras sob a acusação de serem “militantes”. Ou seja, de que eles não têm vocação científica, mas ideologias incompatíveis com a suposta neutralidade científica. Conforme a antropóloga Angela Gilliam, há nas universidades brasileiras os “porteiros da academia” ou “negrólogos”, que desestimulam e até obstruem o ingresso de ativistas negros nos cursos de mestrado e doutorado:

À medida que os negros brasileiros procuram meios de reinvenção das identidades

individuais e coletivas, confrontam-se crescentemente com os “peritos” institucionais em matéria da vida dos negros, os “negrólogos”. Estes **porteiros da academia** agarram-se firmemente ao poder, o que faz com que os negros continuem à margem da possibilidade de produzir análises alternativas da sociedade brasileira. O problema com que muitos estudantes negros se deparam quando tentam ligar as suas análises com o ativismo político tem de ser relacionado com a falta de esforço da parte da elite de especialistas em matéria de raça – os “negrólogos” – em estimular as análises alternativas, que ameaçariam o seu papel de guardiões. (1997: 94, grifos meus)

Não bastasse isso, as universidades, em geral, têm permanecido em silêncio quanto à supracitada resolução do CNE, a qual tem força de lei. E não somente têm silenciado, mas, o pior, têm resistido à sua implementação. Portanto, as universidades têm praticado violência (racial) ou, no mínimo, têm sido instrumento de produção e/ou reprodução e propagação dessa violência na medida em que produzem e propagam uma visão de mundo monocromática, isto é, de um mundo brancocêntrico, que retira da população negra a sua condição de igual, desconhecendo-a ou não a reconhecendo, assim como silencia diante do genocídio dos negros no Brasil, como demonstram as insuspeitas estatísticas oficiais e privadas.

## Notas

<sup>3</sup>Doutor, mestre e graduado em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pós-doutor pelo Department of Africana Studies at Brown University. Especialista em Relações Raciais e Cultura Negra pela Universidade Cândido Mendes. Pesquisador associado do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UnB. salesaugustodossantos@gmail.com.

<sup>4</sup>Vide o artigo “A mídia, as cotas e o sempre bom e necessário exercício da dúvida” Extraído de: <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/05/05/a-midia-as-cotas-e-o-sempre-bom-e-necessario-exercicio-da-duvida-por-ana-maria-goncalves/> Acesso em: 11 fev. 2013. Vide também: <http://www.revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/05/09/yvonne-maggie-falsificacao-de-citacao-adulteracao-de-arquivos-e-desonestidade-intelectual/>. Acesso em: 11 fev. 2013.

<sup>5</sup>Vide: <https://www.youtube.com/watch?v=pRlIdFcWd5k>.

<sup>6</sup>Extraído de: <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/05/05/a-midia-as-cotas-e-o-sempre-bom-e-necessario-exercicio-da-duvida-por-ana-maria-goncalves/>. Acesso em: 11 fev. 2013.

<sup>7</sup>Extraído de: <http://www.revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/05/09/yvonne-maggie-falsificacao-de-citacao-adulteracao-de-arquivos-e-desonestidade-intelectual/>. Acesso em: 11 fev. 2013.

<sup>8</sup> Extraído de: <http://g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2012/05/10/errata/>. Acesso em 11 fev. 2013.

<sup>9</sup>Conforme consta no seu Perfil. Vide: <http://g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2012/05/10/errata/>. Acesso em 11 fev. 2013.

<sup>10</sup>Tradução livre do autor feita a partir da definição da The World Health Organization, “The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment or deprivation”. In: KRUG, Etienne at. al. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002. Disponível em: [http://whqlibdoc.who.int/publications/2002/9241545615\\_eng.pdf?ua=1](http://whqlibdoc.who.int/publications/2002/9241545615_eng.pdf?ua=1). Acesso em: 25 nov./2014.

<sup>11</sup>Por exemplo, Carl Degler (1971), defendia a tese do “mulato como válvula de escape”. Esse, segundo Degler, ascendia socialmente mais facilmente que os pretos na sociedade brasileira.

<sup>12</sup>Conforme o sociólogo Waiselfisz (2014: 14), em agosto de 2013 “a Lei no 12.852, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens. Já em seu art. 1º, § 1º estabelece que são considerados jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade”.

<sup>13</sup>Há intelectuais que além de querer explicar e compreender a sociedade brasileira também querem transformá-la. Extraído de: <http://globo.com/rede-globo/globo-esporte-sp/v/leo-bianchi-vai-ate-a-vila-belmiro-para->

procurar-quem-fez-o-novo-corte-de-cabelo-de-neymar/1442535/. Acesso em: 24 fev. 2011.

<sup>14</sup>Ela é formada em jornalismo, segundo informação do site: <http://dicasgratisnanet.blogspot.com.br/2011/03/fotos-cristiane-dias-apresentadora.html>. Acesso em: 24 fev. 2011.

<sup>15</sup>A palavra desgraça foi enfatizada, estressada, todas as vezes que a apresentadora Cristiane Dias de Oliveira a citou. Por isso a coloquei em negrito.

<sup>16</sup>Extraído de: <http://globovtv.globo.com/rede-globo/globo-esporte-sp/v/leo-bianchi-vai-ate-a-vila-belmiro-para-procurar-quem-fez-o-novo-corte-de-cabelo-de-neymar/1442535/>. Acesso em: 05 abr. 2011.

<sup>17</sup>Após se questionado oficialmente pelo Instituto Doméstica Legal, representante das empregadas domésticas, o ex-ministro Delfim Netto pediu desculpas formais às empregadas domésticas, conforme consta no site: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/domesticas/9622-delfim-netto-pede-desculpas-as-empregadas-domesticas>. Acesso em: 13 maio 2011.

<sup>18</sup>Vide os links: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-brasil/noticia/2014/08/santos-vence-gremio-e-tem-grande-vantagem-aranha-acusa-racismo.html>, <http://globovtv.globo.com/rede-globo/fantastico/v/eu-tenho-do-dela-diz-goleiro-aranha-sobre-jovem-que-o-ofendeu-durante-partida/3599505/> e <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/08/torcedora-filmada-insultando-goleiro-do-santos-e-afastada-do-trabalho>. Acesso em 01 set. 2014.

<sup>19</sup>Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/domesticas/9622-delfim-netto-pede-desculpas-as-empregadas-domesticas>. Acesso em: 13 maio 2011.

<sup>20</sup>Joelmir Beting era sociólogo formado pela USP e jornalista. Faleceu em 29 de novembro de 2012. Fernando Mitre é graduado em Letras e pós-graduado em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e atual diretor de jornalismo da TV Bandeirantes. Antônio Teles é jornalista.

<sup>21</sup>Conforme Chauí (1990: 07), “O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com o discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência”.

<sup>22</sup>Vide: <https://www.youtube.com/watch?v=10P8fZ511Wk>. Acesso em: 13 maio 2015.

<sup>23</sup>Vide: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/09/caixa-tira-do-ar-progaganda-que-mostra-machado-de-assis-branco.html>. Acesso em: 13 maio 2015.

<sup>24</sup>Vide: <https://www.youtube.com/watch?v=GczgFMEM6Sg>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

<sup>25</sup>Nessa época, Nabuco era embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América - E.U.A. Diga-se, a propósito, que Nabuco foi um dos primeiros embaixadores do Brasil nos E.U.A., tendo exercido este cargo de 1905 a 1910.

<sup>26</sup>Não tenho informação se Veríssimo atendeu o pedido de Nabuco. Mas vale a pena ressaltar que, em 29 de setembro 1987, o governo brasileiro, sob a direção do Presidente José Sarney emitiu uma cédula de 1.000 cruzados, em que Machado de Assis é caracterizado aparentemente como branco. Essa cédula circulou até 31 de outubro de 1990.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hanna. **Da revolução**. Brasília: Ática/Editora Universidade de Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

Degler, Carl N. **Neither black nor white**. Madison: University of Wisconsin Press, 1991 [1971].

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2008.

\_\_\_\_\_. **Consciência negra e transformação da realidade**. Brasília: Câmara dos

Deputados, 1994.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GILLIAM, Ângela. Globalização, identidade e os ataques à igualdade nos Estados Unidos: esboço de uma perspectiva para o Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, jun. 1997. p. 67-101.

KRUG, Etienne *et al.* **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002. Disponível em: [http://whqlibdoc.who.int/publications/2002/9241545615\\_eng.pdf?ua=1](http://whqlibdoc.who.int/publications/2002/9241545615_eng.pdf?ua=1). Acesso em: 25 nov. 2014.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

\_\_\_\_\_. Carta a José Veríssimo. **Revista da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Anuário Brasil, Vol. 36, 1931.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Mídia e o “Caso Tinga” no Peru: um novo paradigma de representação das relações raciais na televisão brasileira? **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13 mar. – jun. 2014. p. 273-299.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2014. Os jovens do Brasil**. Brasília: Seppir, 2014.

Recebido em: 16/03/2015

Aprovado para publicação em: 03/08/2015